

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO TRABALHISTA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

O Reclamante e a Reclamada mantiveram vínculo empregatício que perdurou desde a data de admissão até a data de desligamento, conforme documentos anexos.

Após o término do contrato de trabalho, a Reclamada realizou o depósito dos valores incontroversos referentes às verbas trabalhistas devidas, porém, permanecem pendentes valores que a Reclamada alega não ser devidos ou que estão em litígio.

Diante da impossibilidade de recebimento voluntário dos valores incontroversos, o Reclamante propõe a presente ação de consignação em pagamento, para que possa efetuar o depósito judicial dos valores que entende devidos e assim se eximir da mora e suas consequências legais.

II – DO DIREITO

A consignação em pagamento está prevista no artigo 539 e seguintes do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho, conforme artigo 769 da CLT.

O depósito judicial dos valores incontroversos tem por finalidade garantir o direito do credor e eximir o devedor da mora, evitando a incidência de multas e correções.

A jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho reconhece a possibilidade da

consignação em pagamento trabalhista, assegurando segurança jurídica e efetividade na quitação das verbas trabalhistas.

III – DO VALOR DA CONSIGNAÇÃO

O valor a ser consignado judicialmente corresponde a R\$ _____, referente às verbas trabalhistas incontroversas, conforme demonstrativo anexo e documentos comprobatórios.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A citação da Reclamada para que, querendo, manifeste-se no prazo legal;
2. A autorização para que o Reclamante realize o depósito judicial do valor incontroverso indicado, nos termos do artigo 539 e seguintes do CPC;
3. A liberação do Reclamante da obrigação de pagar diretamente à Reclamada o valor consignado, com a extinção da obrigação quanto a esse montante;
4. A condenação da Reclamada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, se houver resistência indevida;
5. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessário.

V – DOS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL

- Cópia da CTPS e documentos pessoais do Reclamante;
- Demonstrativo de cálculo das verbas consignadas;
- Comprovantes de depósitos efetuados pela Reclamada;
- Outros documentos pertinentes para comprovação dos fatos alegados.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/consignacao-em-pagamento-trabalhista/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.